

A formação de professores que ensinam matemática: um cenário da Escola Normal em Campo Grande¹

Ana Carolina de S. R. dos Reis

Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - UFMS

anacarol.ribas@hotmail.com

Luzia Aparecida de Souza

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - UFMS

luapso@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a pesquisa que se estrutura em torno de compreender o cenário da formação matemática de professores no contexto das Escolas Normais em Campo Grande. O estudo abrange desde a implantação desse modelo de formação em Campo Grande, década de 1930, até a extinção que, segundo estudos iniciais, ocorreu na década de 1970. A pesquisa contribui com os estudos do grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa”²(HEMEP) e se coloca em parceria com o Grupo de Pesquisa em História Oral e Educação Matemática³ (GHOEM) que busca mapear a formação de professores que ensinam matemática no país e compreender a dinâmica escolar no contexto do ensino e da aprendizagem de matemática. Como metodologia, adotamos a história oral, que articula fundamentação teórica e procedimentos específicos baseados na historiografia e em princípios éticos voltados à criação intencional de fontes na construção de narrativas.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. Escola Normal. História Oral.

1. Introdução

Pesquisas sobre a formação de professores que ensinam matemática tem se mostrado de grande importância na área da História da Educação Matemática. Dentre os cursos de formação docente estão as escolas normais, pensadas para a formação de professores do

¹ Campo Grande, no período estudado, pertencia à região sul do estado de Mato Grosso. A criação do estado de Mato Grosso do Sul deu-se com a Lei Complementar nº 31, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel em 11 de outubro de 1977.

² O grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa” (HEMEP) foi criado em 2011. É cadastrado no CNPQ, certificado pela UFMS e as linhas de pesquisa são: Aspectos históricos do ensino e da aprendizagem de matemática, História da formação de professores que ensinam matemática e História oral e narrativa. Esta pesquisa vincula-se a um projeto mais amplo do HEMEP, “Formação de Professores que ensinam Matemática: um olhar sobre o Mato Grosso do Sul”, financiado pelo CNPq.

³ O GHOEM é um grupo de pesquisa interinstitucional cadastrado no CNPQ e formado em 2002. As linhas de pesquisa são: Análise de livros didáticos - Hermenêutica de Profundidade; História da Educação Matemática; História Oral e Educação Matemática; História Oral, Narrativas e Formação de Professores: pesquisa e intervenção; Escolas Reunidas, Escolas Isoladas: Educação e Educação Matemática em Grupos Escolares; e IC-GHOEM.

ensino primário, e criadas na primeira metade do século XIX⁴. Este modelo de formação passou por fases de instabilidade durante o tempo em que esteve em funcionamento.

A preocupação com a formação de professores aparece de forma significativa, segundo Saviani (2009) após a Independência do Brasil (efetivada em 1822), quando começa a se pensar sobre a instrução da população brasileira.

Com o movimento de descentralização do poder, o Ato Adicional de 1834⁵ tornou o ensino primário de responsabilidade das províncias e, com a expansão do ensino público, surgiu a necessidade de se pensar em um curso de formação de professores para atender a demanda de docentes, as escolas normais, escolas de nível médio para formação de professores primários em expansão nos países europeus. Inicialmente essas instituições se preocupavam apenas com o domínio dos conteúdos a serem ensinados no ensino primário e, em geral, eram inferiores ao ensino secundário, tanto no conteúdo quanto na duração do curso (TANURI, 2000).

Durante o século XIX, o funcionamento das escolas normais nas províncias brasileiras foi bastante instável, visto que estas ficavam sujeitas a um constante processo de criação e extinção, sendo fechadas ora por falta de alunos ora por falta de continuidade administrativa. Estes cursos só apresentaram progresso a partir do período republicano⁶ e o modo como esses cursos se organizaram recebeu uma forte influência da reforma da instrução pública ocorrida no estado de São Paulo, efetivada em 1890 (SAVIANI, 2009). Ainda segundo Saviani (2009), os reformadores paulistanos defendiam uma boa formação para os professores atuarem em sala de aula para se ter um ensino eficaz. Nessa perspectiva, enriqueceram os conteúdos ensinados nessas instituições, destacando-se os exercícios de prática docente, com a criação de uma escola-modelo anexa à Escola Normal.

A reforma ocorrida no estado de São Paulo tornou-se referência para outros estados brasileiros, entretanto, apesar de se considerar importante a formação de professores com o devido preparo didático e pedagógico nas escolas normais, o que se viu nessas instituições foi a predominância do modelo de ensino centrado na preocupação com o domínio dos conteúdos a serem ensinados (TANURI, 2000; SAVIANI, 2009).

⁴As Escolas Normais foram criadas com o Ato Adicional de 1834, que concedeu às Assembleias Legislativas provinciais o poder de elaborar o seu próprio regimento, desde que respeitassem as imposições gerais do Estado. Em relação à instrução pública, repassou às províncias o direito de criar estabelecimentos próprios, regulamentar e promover a educação primária e secundária.

⁵ O Ato Adicional de 1834 concedeu às Assembleias Legislativas provinciais o poder de elaborar o seu próprio regimento, desde que respeitassem as imposições gerais do Estado. Em relação à instrução pública, repassou ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, regulamentar e promover a educação primária e secundária.

⁶ Período compreendido entre 1889 e 1930.

É importante ressaltar que a responsabilidade tanto pelo ensino primário quanto pela formação de professores era dos estados, não havendo uma padronização desses cursos. Porém, na década de 1920 podemos perceber um movimento defendendo a organização e uniformização desses cursos a nível nacional, como foi o caso da Conferência Interestadual do Ensino Primário, que aconteceu em 1921. No entanto, as normas para a implantação e organização das escolas normais foram oficializadas somente em 1946⁷, com a Lei Orgânica do Ensino Normal.

As escolas normais permaneceram como os principais estabelecimentos de formação de professores das séries iniciais até a década de 1960 e foram extintas com a publicação da lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação e substituídas pela habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (SAVIANI, 2009).

Essa temática vem sendo abordada por diversas pesquisas, em particular, pelas investigações do GHOEM, que buscam mapear a formação de professores que ensinam matemática no país, e do Grupo HEMEP, que lança um olhar sobre essa temática buscando constituir um cenário da formação desses professores no estado de Mato Grosso do Sul.

Em Campo Grande, a Escola Normal foi implantada em 1930 no governo de Aníbal de Toledo⁸, via Escola Normal Joaquim Murtinho (inicialmente reconhecida como Escola Normal de Campo Grande), sendo a primeira instituição pública de formação de professores na região sul do estado (PESSANHA e ARAÚJO, 2009), e via Escola Normal Dom Bosco, instituição particular mantida por freiras salesianas. Contudo, em 1930 funcionou na Escola Normal Joaquim Murtinho apenas o Curso Complementar, que abrangia as seguintes disciplinas: Português, Ciências Físicas e Naturais, Matemática, Geografia e História do Brasil, e Desenho. O início do curso normal deu-se em 1931. Em relação à Escola Normal Dom Bosco, encontramos registros de provas finais da 1ª e 2ª séries do curso normal em 1931, o que nos dá indícios de que o curso normal começou a funcionar em 1930.

Ainda segundo Pessanha e Araújo (2009), a implantação do curso público Campo Grande ocorreu a partir da mobilização de grupos políticos do sul do estado de Mato Grosso, da necessidade da criação de instituições escolares para atender à demanda de alunos e cursos de formação de professores primários. Com a inauguração da estrada de ferro, em 1914, Campo Grande passou a atrair imigrantes, comerciantes e fazendeiros, tornando-se o centro de operações comerciais da região sul do Estado de Mato Grosso, levando a cidade a um

⁷ O marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente após a deposição de Getúlio Vargas, assumiu o poder em 1946 e nesse mesmo ano foi promulgada uma nova Constituição determinando a obrigatoriedade do ensino primário e dando à União a capacidade legal sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

⁸ 22/01/1930 a 30/10/1930.

processo de modernização e urbanização (RODRÍGUEZ e OLIVEIRA, 2009; PESSANHA e ARAÚJO, 2009).

Com relação ao funcionamento desses cursos em Campo Grande, podemos dividi-lo em duas fases: a primeira compreendida entre 1931 e 1937 (tendo formado a última turma em 1940), e a segunda, a partir de 1947, sendo restabelecida oficialmente, durante o governo do interventor José Marcelo Moreira⁹, com o Decreto-Lei nº 834. Há indícios de que em 1973 o Grupo Escolar e a Escola Normal Joaquim Murтинho foram integrados, criando-se assim a Escola Estadual de 1º e 2º graus Joaquim Murтинho. Os últimos registros de atas de provas finais da Escola Normal Auxiliadora são de 1971. Assim, o período a ser estudado na pesquisa compreende, inicialmente, desde a implantação até a extinção dessas escolas normais.

Estudos encontrados, relacionados à formação de professores nessas instituições em Campo Grande – como as de Araújo (1997), Rodríguez e Oliveira (2009) e Pessanha e Araújo (2009) – abordam questões relacionadas ao ensino de didática, ao processo de implantação e questões políticas, no entanto trazem poucas informações sobre a Escola Normal Auxiliadora. Seguindo essa vertente, essa pesquisa busca contribuir para com as discussões acerca da formação de professores, dinâmica das escolas normais, entre outros, trazendo à cena a especificidade da formação matemática desses profissionais.

2. Sobre a pesquisa

Essa pesquisa sobre a formação matemática de professores primários é de abordagem qualitativa, o que exige do pesquisador desenvolver uma postura específica durante o estudo, uma postura que reconheça a sua subjetividade e, com isso, o leve a ter o cuidado de explicitar e justificar suas opções teóricas e metodológicas ao longo de seu trabalho.

Por ser uma pesquisa historiográfica, precisamos explicitar o que entendemos por História e documentos históricos. Entendemos a História como o estudo do homem no tempo (BLOCH, 2001), vivendo em comunidade, como uma construção discursiva, uma leitura do passado a partir de vestígios deixados por ele. Assim, é uma ciência que não pode ser considerada como estudo do passado, visto que é dirigido por questionamentos do presente e que o conhecimento/construção do passado está em desenvolvimento, transformando-se e se aperfeiçoando (BLOCH, 2001).

⁹ 1946 a 1947.

Nessa perspectiva, não existe “a história verdadeira”, mas versões históricas criadas a partir de fontes que, ao serem mobilizadas, tornam-se documentos para a pesquisa e respondem às questões formuladas por aquele que as estuda. Quanto à escolha das fontes, nenhum objeto histórico possui “[...] uma documentação consagrada que não possa ser substituída por outra ou mesmo é constituída de um conjunto de eventos que não possam ser substituídos por outros [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.156).

O objeto histórico, portanto, sofre uma desmaterialização tornando-se problemático e, como as fontes são sempre produzidas e lidas com uma intencionalidade, não há uma perspectiva de busca das origens ou de marcas como grandes nomes e datas específicas (que Alfredo Bosi chamaria de pontas de icebergs).

Para construir um cenário da formação matemática de professores no contexto das Escolas Normais em Campo Grande, lançamos um olhar para a formação proposta por estas instituições, contemplando como os professores eram preparados para dar aula de matemática no ensino primário, os conteúdos propostos para sua formação e a literatura indicada nesse processo. Além disso, optamos também por investigar quem foram os professores formadores dessas instituições, quais as influências educacionais trouxeram, visto que estudos iniciais nos dão indícios de que muitos professores vieram de outras regiões para dar aula na Escola Normal Joaquim Murtinho, principalmente de Cuiabá, ou foram contratados por influência política.

Compartilhando a ideia de Bolívar, Domingo e Fernández (2001) e de Goldenberg (2003) de que os indivíduos representam em seus atos singularidade da universalidade de modelos sociais, buscamos entender o cenário da formação de professores primários a partir de quem o vivenciou, como alunos, professores e diretores. Nessa perspectiva, os depoimentos orais podem ampliar a compreensão das transformações nas instituições visadas, da forma como as pessoas experimentaram essas mudanças e levantar discussões sobre essas experiências de forma mais geral.

Assim, optamos pela história oral como metodologia de pesquisa, cuja característica principal é a criação intencional de fontes a partir de situações de entrevistas. Ao optar pela história oral como metodologia admitimos alguns pressupostos históricos já citados anteriormente e, nesse sentido, o pesquisador deve reconhecer a impossibilidade de construir “a história”, mas buscar uma construção de um cenário histórico a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram determinadas situações, sem desprestigiar, no entanto, outras fontes como as escritas e pictográficas (GARNICA, 2005). Em nosso caso, especificamente, as atas encontradas no acervo de uma das escolas normais em estudo.

Essa metodologia envolve procedimentos específicos¹⁰ como: mapeamento e contato de/com possíveis interlocutores no contexto da investigação, elaboração de um roteiro de apoio para entrevista, gravação do momento da entrevista (geração de uma fonte oral), transcrição, textualização e carta de cessão (para utilização da fonte criada por esta e outros pesquisadores).

Estudos iniciais acerca da Escola Normal Joaquim Murinho começaram a ser realizados em 2011, em nível de monografia. Contamos, até o momento, com as seguintes fontes: atas dos exames trimestrais e finais, livro de portarias, registro de nomeações de funcionários, livro de registro de diplomas de alunos, registro de correspondências, livro ponto, e registro de funcionários e professores, todos da Escola Normal Joaquim Murinho, além de um livro doado por uma ex-aluna. Quanto à Escola Normal Auxiliadora, temos um caderno da disciplina de metodologia doado por uma ex-aluna e, devido à poucas pesquisas sobre essa instituição e não por não termos sido autorizados a mapear nomes de alunos, professores e diretores no acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, temos poucas informações até o momento. Nesse acervo conseguimos levantar apenas informações sobre as disciplinas do curso de formação desses professores e número de matrículas. Por esse motivo, apresentamos neste texto apenas informações da pesquisa referente à Escola Normal Joaquim Murinho.

A partir desse levantamento material realizamos um mapeamento de ex-alunos, diretores e professores para entrar em contato e perguntar se eles têm interesse em colaborar com a pesquisa. Já realizamos uma entrevista com uma ex-aluna da Escola Normal Joaquim Murinho e que está na fase de transcrição. As outras entrevistas serão realizadas posteriormente, visto que pretendemos acrescentar nos próximos roteiros assuntos importantes que podem surgir dessa primeira entrevista.

Como já citamos anteriormente, o ensino normal em Campo Grande pode ser dividido em duas fases. Não sabemos até o momento o motivo que levou a desativação das escolas normais em 1937, mas foi reaberta após a Lei Orgânica do Ensino Normal e o depoimento de

¹⁰ O roteiro de apoio da entrevista deve conter perguntas geradoras, necessárias para entender a temática pesquisada. Para a elaboração desse roteiro alguns cuidados devem ser tomados, como evitar questionários rígidos, elaborar perguntas que provoquem respostas e formular perguntas longas e diretas (DELGADO, 2006). A transcrição exercita um cuidado de procurar registrar no papel detalhes do momento da entrevista, procurando manter entonações, vícios de linguagem, pausas, silêncios. A textualização, por sua vez, é considerada aqui como um exercício de edição da transcrição, na qual as ideias são reorganizadas, as pausas e vícios excessivos são retirados e, em nosso caso, também serão retiradas as questões feitas aos entrevistados. Esses procedimentos visam à construção de uma narrativa de leitura mais fluente e uma busca uma maior aproximação do pesquisador com as ideias do depoente, o que faz com que esse momento seja reconhecido como um exercício analítico.

um ex-diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho nos dá indícios do caráter de urgência de sua reabertura:

Em 1947, a Lei 834 de 31 de janeiro de 1947 cria a Escola Normal Joaquim Murtinho de Campo Grande. Nesse tempo era interventor federal José Marcelo Moreira. Em 18 de fevereiro de 1948, considerando gritante a falta de normalistas do Estado, o Governador Arnaldo de Figueiredo, através do Decreto 410, determinou sua instalação e imediato funcionamento. (ROSA, 1990, p. 49)

Inicialmente esta instituição funcionou em condições precárias devido ao mau estado de conservação do prédio onde estava e dos móveis. O início do curso normal deu-se em 1931, apesar de ter sido implantando em 1930, e tinha duração de quatro anos e, quanto ao currículo, a instituição seguiu os moldes das escolas do Rio de Janeiro (capital federal na época) e de São Paulo (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2006). As disciplinas de matemática, ora intituladas Matemática ora Aritmética e Álgebra, eram trabalhadas na 1ª e 2ª séries durante a primeira fase do curso normal, enquanto as disciplinas de Didática¹¹, Pedagogia¹² eram desenvolvidas nos dois últimos anos.

Na segunda fase, as disciplinas foram organizadas nos moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal, o qual determinava duração de três anos de curso na Escola Normal, podendo ser realizado em dois anos. Na Escola Normal Joaquim Murtinho foi adotado o curso com dois anos de estudo intensivo, pois de acordo com o Decreto-Lei nº 410 de 18/02/1948 esse modelo conciliava com os interesses financeiros do Estado.

Informações encontradas no acervo da Escola Normal Joaquim Murtinho apontam um elevado índice de desistência do curso, durante a década de 1930. A primeira turma de normalistas a se formar tinha onze alunos, sendo que desses apenas seis faziam parte da turma inicial, outras cinco alunas ingressaram posteriormente, por motivo de transferência ou outros. Dos doze alunos que iniciaram o curso em 1932, oito se matricularam no 2º ano e, destes, apenas seis no 3º ano, indicando uma desistência da metade da turma até o 3º ano. Nas turmas havia a predominância de mulheres e leituras realizadas acerca das escolas normais no país indicam que, entre os motivos que poderiam levar à desistência do curso estão as dificuldades financeiras (pois muitas vinham do interior do estado) e o casamento.

Ainda sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho, percebemos uma forte influência exercida por políticos nas nomeações, eleições e demissões de funcionários da escola, prevalecendo as questões políticas sobre os assuntos do ensino, desvalorização salarial da

¹¹ A disciplina de Didática em alguns momentos foi registrada como Didática e História da Educação.

¹² Pedagogia foi registrada em 1937 como Psicologia e Pedagogia.

profissão docente, falta de investimento na educação, bem como a instabilidade da carreira por conta dos interesses políticos.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado "Formação de professores que ensinam matemática: um olhar para o Mato Grosso do Sul", financiado pelo CNPQ. Esperamos que esse estudo ajude outros estudos na construção de um cenário de formação de professores nas Escolas Normais e, de uma forma mais ampla, contribua para um mapeamento das iniciativas e estruturas para efetivação da formação de professores que ensinam matemática no país. Ao identificar propostas governamentais e práticas de subversão, pretende-se contribuir, junto a outras pesquisas na linha de História da Educação Matemática, para estruturação de políticas públicas que dialoguem com os interesses e condições dos professores em formação e/ou exercício.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado - Ensaio de teoria da história.** 1. ed. Baurú: EDUSC, 2007. v. 1000. 254 p.

ARAÚJO, C. B. Z. M. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?.** 1997. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação, Campo Grande, MS, 1997.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Tradução: André Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educación: enfoque y metodología.** Madrid, La Muralla, 2001.

CAVALCANTE, L. C.; OLIVEIRA, R. T. C. **História e política: o processo de implantação da Escola Normal em Campo Grande.** 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2011.

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempos, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GARNICA, A.V.M. **A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática: um estudo do caso brasileiro.** 2005. Disponível em http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/fdm/estudos_de_caso.htm. Acesso em 22/06/2012. Acesso em: 22 jun. 2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PESSANHA, E. C; ARAÚJO, C. B. Z. M. **Duas práticas pedagógicas na formação de professores brasileiros na década de 1930:** livros e cadernos. História da Educação (UFPel), v. 13, p. 139-166, 2009. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 25 mai. 2012.

RODRÍGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. A Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: Olga Maria dos Reis Ferro (Org). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006):** História, Historiografia, Instituições escolares e Fontes. Campo Grande: UFMS, 2009, v. 1, p. 99-127.

ROSA, M. G. S.; **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

REIS, A. C. R; SOUZA, L. A (orientadora). **A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murtinho.** 2011. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Matemática). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande.

SAVIANI, D. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. 2009. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./ abr. 2009. Disponível em <www.scielo.com>. Acesso em: 14 jun. 2012.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** 2000. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em: 18 jul.2011.